

O governo e o PMDB

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reconhece que o governo deve tentar fechar com os partidos, no Congresso, um acordo que vise evitar que as decisões necessárias à modernização (palavra de eleição do governo Collor de Mello) do Estado sejam tomadas à última hora e por uns poucos parlamentares com função de liderança, como aconteceu no desfecho da sessão legislativa. Dentro do quadro que esboça, Passarinho admite que o PMDB é a legenda mais cobiçada pelo Executivo.

A notícia casa com outra: o presidente da República convidará o deputado Ulysses Guimarães para um diálogo no Planalto e vai pedir apoio ao ex-multipresidente (interino da República nas muitas viagens do sr. José Sarney ao Exterior, da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB — bem diferente do atual, apelidado PMDB do Q).

Para que esse apoio?

Para que o influente prócer paulista colabore com o governo, no rumo indicado pelo titular da Justiça, máxime na reforma tributária, que no Brasil equivale

sempre a cobrar mais de poucos que a cobrar menos de muitos.

Pode ser que o sr. Fernando Collor de Mello tenha feito a escolha do interlocutor certo.

Apesar de alijado de todas as posições que ocupou, o dr. Ulysses ainda transita com facilidade por extensas áreas das agremiações políticas. Ninguém esqueça: ele foi diplomado nas artes e nas manhas do velho Partido Social Democrático (PSD), que surgiu em 1945, formado pelos interventores da ditadura do Estado Novo, regime a que deu cobertura nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1946.

O raposismo dos pessedistas ficou famoso nos 20 anos que medeiam entre o aparecimento das legendas criadas depois do fim do Estado Novo e a extinção delas, com o AI-2, no governo Castelo Branco, em 27 de outubro de 1965. Essa incursão nos domínios da história vale para atestar o profundo saber político do deputado Ulysses Guimarães. Já se disse que o diabo é sábio, mais por ser velho do que por ser diabo. E ele não é diabo.

O problema é que, reclamando a cooperação do líder peemedebista, que quando se estabeleceu o bipartidarismo, naquele 1965, quase se abrigou sob as asas da Arena, e não do MDB, o presidente da República dá outro passo para trás na linha de ação política que se traçara na campanha de 1989.

Ele vinha para reformar, corrigir, mudar tudo, imprimir a tudo orientação oposta à adotada pelo governo Sarney — no qual o dr. Ulysses foi figura exponencial.

Está visto pois que, com a iniciativa que tomará, o sr. Fernando Collor de Mello se dispõe a pagar um preço e reconhece publicamente que perdeu quase um ano e dez meses para encontrar o paredro adequado a uma aliança entre o Planalto e a agremiação que, de acordo com aquilo que se descobriu agora, detém “as maiores bancadas na Câmara e no Senado”.

Só resta reconhecer que, se tudo der certo, mais ligado ao PMDB, o governo Collor de Mello ficará ainda mais parecido com o de seu antecessor.